

Eles querem passar a boiada.

Vamos deixar?

A ganância dos detentores do poder é grande. A nossa atenção é testada a cada momento com investidas em várias frentes. Por meio de normativos infralegais, eles vêm empreendendo mudanças, às vezes silenciosas, mas significativas no funcionamento da Administração Pública, na gestão das políticas e no atendimento ao que consideram prioritário. Sabemos que a nossa área é um dos alvos. "Aprimorar a governança da terra" foi uma das falas do Presidente da República na Cúpula do Clima, mas, como as outras, desconexa da realidade. Para eles, isso se resolve com títulos, e sabemos bem que não é só isso. E o fazem nos preterindo, promovendo a terceirização das nossas atividades mais sensíveis. No Congresso, aprovam na calada um projeto que permite destacar assentamentos de reforma agrária para a regularização fundiária, desobrigando o Estado de consolidá-los e colocando-os na lista da titulação. Não perdem uma oportunidade de ressuscitar textos rechaçados. O apetite nas emendas e a falta de vontade política mataram Censo, Pronaf, Reforma agrária, Educação no campo e outros. O orçamento nunca foi tão restritivo. A reforma administrativa, não se engane, já está acontecendo. Na necessidade de um auxílio emergencial, chantagearam e congelaram os salários. E a cada nova empreitada, nos ameaçam de cortá-los. Todo dia um bode novo na sala. Enquanto colocam uma PEC no holofote e criam factóides de todo tipo como cortinas de fumaça, o governo edita um decreto transferindo para o INSS a gestão de aposentadorias de servidores de autarquias, violando o Regime Próprio de Previdência. Edita uma MP para, sob o pretexto de modernizar a gestão, dar superpoderes ao Presidente sobre cargos em comissão e funções de confiança. Escolhem um relator apologista e convicto do fim da estabilidade. E pra minar a nossa reação, atacam nossas representações. Entidades são desalojadas de suas instalações. Minam nossa capacidade, mantendo em vigor decretos e portarias resultantes de MP que caducou, criando obstáculos ao desconto em folha. E assim vai, é um leão (ou melhor, um boi) por dia. Mesmo sob luta, alguns acabam passando. Quantos mais? É hora de mostrar nossa força e colocar o pé na porteira.

Leia mais nas páginas 2, 4, 6 e 7

Veja +
nesta
edição

Diálogos Agrários
Dia Internacional da Mulher
e livro Torto Arado ganham
edições especiais.

Pág 3

Todos Pelas Vacinas
SindPFA apoia iniciativa em
defesa da ciência e contra
a desinformação.

Pág 3

Editais SindPFA
Seleções de artigos para
Congresso e livro sobre imóveis
rurais têm novos prazos.

Pág 5

Defesa da função social
Entidades acionam o
Supremo contra paralisação
da reforma agrária.

Pág 6

Palavra da Presidente

“Todos esses que aí estão atravancando nosso caminho, eles passarão...”



Djalmery de Souza e Souza
Presidente do SindPFA

Eng. Agrônoma pela na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), especialista em Cadastro Multipropósito pela Universidade de Jaén (Espanha) e mestre em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). PFA no Incra desde 2008.

...nós passarinho.” Adaptando o famoso ‘Poeminho do Contra’, de Mario Quintana, encontramos alguma esperança diante dos tempos difíceis que vivemos. Uma pandemia assola o mundo desde o começo do ano passado, impactando nossas vidas de modo indelével, e tudo isso fica ainda mais grave quando constatamos a completa falta de empatia e seriedade com a qual diversos governantes e autoridades têm tratado a questão.

Como já dissemos anteriormente, o SindPFA se solidariza com familiares e amigos de cada uma das vítimas da Covid-19 em todo o País, que já se aproxima do inimaginável número de 400 mil, e apoia a luta pela vacinação, fundamental para a superação dessa crise. Nossa entidade tem feito sua parte, colocando todos os colaboradores em trabalho remoto desde março de 2020, o que não impediu que seguissemos trabalhando com afino, promovendo intensa agenda de eventos online, como o Diálogos Agrários, bem como ações de promoção do conhecimento (leia mais na página 5) e de luta por nossos direitos, como a vitória obtida nas ações da GDAPA de aposentados (leia mais na página 7), entre outras. Mas 2020 guardava um final ainda mais melancólico para um ano tão difícil.

No dia 18 de dezembro, foi enviado ao Sindicato ofício do Incra em que notificava a entidade para que desocupasse a sala 1407 do Ed. Palácio do Desenvolvimento, sua sede, até o dia 31 de janeiro de 2021, em plena pandemia. O documento falava ainda na cobrança de “débitos retroativos” pela ocupação, o que ainda está em tratativa. Com a cabeça erguida, nossa entidade cumpriu a determinação do órgão dentro do prazo estabelecido, mas não sem deixar clara a veemente discordância com os métodos e práticas da autarquia no trato da questão. Os bens da entidade estão em segurança, em um depósito cedido, até que, com calma, decidamos os próximos passos. Vida que segue. Com o tempo, a ingratidão institucional terá contribuído para darmos mais um passo fundamental para nossa independência.

Agora o SindPFA busca reunir esforços para enfrentar as diversas outras ameaças que temos no horizonte. Arrochos fiscais já vinham sendo propostos pelo governo e aprovados no Congresso e, agora, a reforma administrativa se apresenta tendo a estabilidade como alvo (não o “bode na sala”, mas o objetivo central), com tendência a possibilitar uma terceirização ampla e irrestrita, inclusive em áreas sensíveis, e a consequência direta disso será

a institucionalização de um fisiologismo nocivo, muito maior e mais grave do que o que já há na distribuição de cargos públicos no país, em detrimento da gestão técnica e da continuidade de políticas públicas e atribuições de Estado.

Reproduzo, aqui, trecho da recente carta enviada aos nossos filiados: “O ano de 2021 não será fácil, é preciso deixar muito claro. É nele que a agenda contra o servidor terá seu ápice; pois será a janela que terão antes das eleições de 2022 e farão de tudo para tentar passar a reforma, que será vendida como a solução mágica da vez para todos os problemas do país (assim como foi feito com as anteriores, sem resultado prático); preparemo-nos para enfrentar, com resiliência, todo tipo de fake news (leia mais sobre a reforma na página 4). A pandemia deixou clara a necessidade de valorizar o serviço público (o único capaz de nos acudir) e precisamos evidenciar isso.

Somado a esse cenário, é evidente o agravamento do declínio institucional do Incra. Reforma agrária não é uma política prioritária no governo, sequer bem-quista, e a autarquia continua equivocadamente e convenientemente sendo vista como adstrita a ela, apesar de todos os nossos esforços dos últimos anos em ampliar esse espectro e mesmo de provar sua importância no desenvolvimento. O orçamento anual está quase todo voltado para o pagamento de decisões judiciais e nada mais interessa agora senão a emissão de títulos. E, para dar conta deles, querem prescindir de nós, terceirizando até vitórias a municípios. Projetos de lei são constantemente reciclados para abrir a porteira.

Como superar todos esses obstáculos? A resposta passa pela união e engajamento de todos. Nossa indignação precisa encontrar movimentação prática, desde o âmbito pessoal, na cobrança aos seus parlamentares, por exemplo, como no âmbito coletivo: a participação nas agendas da categoria, a busca de informação, a soma de esforços nas frentes de luta. Nos aspectos relacionados ao serviço público em geral, o Fonacate tem protagonizado o debate e uma frente parlamentar foi estruturada, com apoio das entidades, o SindPFA incluído, para tentar enfrentar os frequentes ataques à altura e recorrer ao Judiciário contra as deslealdades na condução dessa matéria no Congresso.

Nos aspectos relacionados às nossas atribuições e políticas em que atuamos, não há quem possa nos substituir. Você vai ver neste boletim uma série de iniciativas do Sindicato nesse sentido, mas cada um de nós tem um papel e não podemos nos acomodar, deixando “passar a boiada” enquanto assistimos ao desmonte do Incra e da própria Administração Pública como a conhecemos. A hora é de defesa das instituições e da democracia, sob pena de termos nosso futuro e das próximas gerações comprometido por autoritários de plantão. Os governos são transitórios, mas o trabalho e legado dos servidores é perene e fundamental para nossa população. Ataques e perseguições não irão nos abalar. Repetindo Quintana: eles passarão, nós passarinho.

Expediente

Diretora Presidente
Djalmery de Souza e Souza

Coordenação Executiva
Kássio Alexandre Borba

Jornalista Responsável
Rodrigo Ramthum (RP: 7927/DF)

Revisão
João Daldegan e Kássio Borba

Diagramação
Guto Moniz

Fotos, imagens e design
Guto Moniz, Assessoria de Comunicação

comunicacao@sindpfa.org.br • sindpfa.org.br • (61) 3327-1210
Caixa Postal 9641 • Brasília - DF • 70.040-976

PFA Club
O Clube de Vantagens do SindPFA

Ative seu cadastro gratuitamente e tenha
acesso a descontos exclusivos
pfclub.com.br

Diálogos Agrários

SindPFA promove debate no Dia Internacional da Mulher

O Sindicato Nacional dos Peritos (e Peritas) Federais Agrários realizou, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, uma edição especial do Diálogos Agrários com mulheres que ocupam espaços no trabalho de representação da categoria, para contar histórias de vida e conversar sobre a trajetória com a escolha da profissão e ingresso no Incra. O evento teve transmissão ao vivo pelo canal do YouTube da entidade.

Para esta edição, foram convidadas Luber Katia, PFA em Rondônia e diretora de Aposentados no SindPFA; Maria Aparecida Lucena, Perita aposentada do Amazonas e suplente na mesma diretoria; Magda Estrela, PFA delegada da Sede e, agora, também diretora Jurídica; Carolina Araújo, Perita e delegada Sindical no Pará; Teresinha Aguiar, PFA e delegada no Piauí; Janice Moraes Oliveira, Perita lotada em Goiás e presidente da Comissão de Ética; além de Maria Eduarda Penaforte, advogada, funcionária do SindPFA. A apresentação ficou a cargo da presidente da entidade, Djalmary Souza.

“Hoje é dia de celebrar, mas também de relembrar a história de luta da mulher na busca por igualdade, respeito, espaço e voz na sociedade civil e nos ambientes sociais e profissionais. Para nós, enquanto Sindicato, é também uma data muito simbólica, porque o 8 de março, embora tenha sido oficializado pela ONU somente em 1975, remonta à luta de mulheres desde o início do Século 20 por melhores condições de trabalho e igualdade de direitos”, afirmou Djalmary. “Ou seja, essa data tem uma origem no universo sindical”, completou.

A íntegra do evento pode ser assistida no canal do SindPFA no YouTube ou por meio do QR code abaixo.



Acesse no nosso canal: youtube.com/sindpfa

Acesse o QR Code e veja no canal do SindPFA no Youtube, a edição especial do Dia Internacional da Mulher.

Servidores do Incra entrevistam o escritor Itamar Vieira Junior



Em 6 de abril, foi a vez do projeto Diálogos Agrários receber, para uma entrevista, Itamar Vieira Junior, servidor do Incra e também escritor, autor do premiado romance ‘Torto Arado’, em edição realizada em parceria com a Associação Nacional dos Servidores Públicos Federais Agrários (Cnasi-AN) e a Associação dos Servidores do Incra do Paraná (Assincra-PR).

Sua experiência no órgão ajudaram-no a inspirar a trama que conta a história de duas irmãs, Bibiana e Belonísia, e de seu povo, uma comunidade quilombola, na Chapada Diamantina, na Bahia. A experiência também foi objeto de seu doutorado, concluído em 2017, com o título “Trabalhar é tá na luta”: vida, moradia e movimento entre o povo da Iuna, comunidade quilombola localizada em Lençóis, na mesma região baiana em que se passa a história contada.

A edição explorou sobre o trabalho, a produção acadêmica, a experiência no Incra e a visão de mundo do colega sobre temas agrários, escravidão, quilombolas, entre outros. “Eu me vi envolvido desde o começo [no Incra] porque eu via ali uma missão social muito importante. (...) É aquilo que coadunava com os meus valores humanísticos. Pensar que o nosso trabalho pode melhorar a vida das pessoas, pode reduzir desigualdades, pode levar dignidade às pessoas, levar direitos humanos. Tudo isso me fez com que, com o passar do tempo, me visse absolutamente envolvido com este trabalho”, explicou.

Vale a pena ver (e rever) esse episódio, que teve recorde de público entre todas as edições promovidas pelo SindPFA. Acesse pelo QR code abaixo.



Acesse no nosso canal: youtube.com/sindpfa

Acesse o QR Code e veja no canal do SindPFA no Youtube, a edição especial com o autor do livro Torto Arado.

Pandemia

SindPFA apoia iniciativa ‘Todos Pelas Vacinas’



A pandemia da Covid-19 segue fazendo centenas de vítimas diariamente. Infelizmente, a marca de 400 mil vidas perdidas já não parece tão distante. Enquanto este informativo é fechado, a rede hospitalar está colapsada em praticamente todos os estados e no Distrito Federal e a vacinação em massa tornou-se ainda mais fundamental para que nossa população supere esse momento tão difícil.

Sensibilizado com isso, o SindPFA tornou-se oficialmente apoiador da iniciativa Todos Pela Vacina. O projeto é uma rede criada por organizações ligadas à divulgação científica e ao combate à desinformação, unidas com um único objetivo: promover a conscientização sobre a importância da vacinação contra a Covid-19 e outras doenças preveníveis por vacinas.

“O mundo está passando por um período crucial, em que a nossa resiliência tem sido testada diariamente. Já são milhões de mortes e só a vacina pode pôr um fim definitivo nessa pandemia. Apoiaremos todas as iniciativas que contribuirão para a disseminação do conhecimento científico e o combate aos que desinformam e atrapalham os esforços de enfrentamento ao vírus”, afirma João Daldegan, vice-presidente do SindPFA.

No site oficial do Todos Pelas Vacinas você encontra informações úteis, vídeos, podcasts, jogos pedagógicos, materiais didáticos e toda sorte de instrumentos de promoção da vacinação e conhecimento científico.



Acesse o site: todospelasvacinas.info

Acesse o QR Code e veja no site Todos Pelas Vacinas para conhecer o projeto que visa promover a importância da vacinação.

Reforma administrativa

Destino dos PFAs (e do próprio funcionalismo) estará em jogo nos próximos meses

O ano começou com mais um forte ataque. O governo usou da situação de pandemia para chantagear o Congresso a aprovar medidas fiscais que penalizam os servidores públicos e, por consequência, a sociedade. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2019, que viabilizou o pagamento do auxílio emergencial, foi promulgada pelo Congresso. Ela cria um teto dentro do teto, com gatilhos fiscais facilitados, para barrar despesas com pessoal, com o congelamento de salários, a vedação a concursos públicos e de reestruturações, entre outras medidas possíveis. Na prática, o congelamento de salários pode durar quinze anos.

Apesar da luta para que fosse aprovado apenas o auxílio emergencial, tão necessário para milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade, o Congresso cedeu. Mas, ao lado de dezenas de outras entidades e com o apoio fundamental de parte dos parlamentares, foi possível mitigar alguns danos, como impedir a redução salarial e da jornada de trabalho dos servidores em até 25% e excluir os dispositivos que proibiam progressões e promoções de carreira.

E isso foi apenas uma batalha, de uma luta que será uma maratona e exigirá atenção e disposição. Logo na primeira Assembleia Geral de 2021, realizada por videoconferência no começo de fevereiro, as entidades que compõem o Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), entre elas o SindPFA, recobram a discussão de estratégias de atuação para enfrentar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020, que trata da reforma da administração pública.

Enquanto você lê este informativo, a tramitação segue acelerada. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deixou claro, no dia 15 de março, que há pressa para aprovar o desmonte. “Esse assunto demandará alguns meses ainda no Congresso. Estabelecemos um prazo de seis a oito meses e é plenamente possível para um Congresso reformista”, disse.

O deputado federal e coordenador da Frente Servir Brasil, Professor Israel Batista (PV/DF), informou que, além de ação no Supremo Tribunal Federal (STF) com o objetivo de suspender a tramitação enquanto o governo não abrir os dados que embasaram o projeto, está previsto, ainda, em conjunto com a Frente em Defesa da Reforma Administrativa, uma série de debates com a participação da sociedade sobre os principais pontos da PEC 32. A frente parlamentar é apoiada pelo Sindicato e pelo Fonacate.

Desde 2019 o Fórum vem elaborando diversos estudos sobre a temática e, em março, lançou um livro que compila todos os 17 Cadernos da Reforma Administrativa. O Fórum apresentou, ainda, um substitutivo para a PEC 32 e trabalha num projeto de lei sobre avaliação de desempenho. No nosso site e nas redes do SindPFA você encontra atualizações sobre o andamento das tratativas e a própria publicação do Fórum, que também pode ser acessada pelo QR code ao final desta matéria.

É um equívoco pensar que essa é uma causa distante. O diretor sindical do SindPFA, Geraldino Teixeira, reforça a importância da mobilização de todos os PFAs na luta contra o desmonte do funcionalismo. “É preciso entender que o momento é de unir forças. O que está em jogo é o funcionalismo; o serviço público como o conhecemos. Sem o apoio de cada filiado nessa luta, que é de todos os que prezam pelas instituições e pelo regime democrático, o que aponta no horizonte é a extinção da Carreira e do próprio Incra, pois a reforma nos deixaria ainda mais vulneráveis na mão de governos que não entendam a importância das nossas atribuições e das políticas que atuamos”, afirma. “Isso terá implicações não só para quem vai ingressar no serviço público a partir de agora, mas a todos, até mesmo aos aposentados, não se enganem”, completa.

Os riscos da REFORMA

- **Fragiliza os concursos e cria outras formas de vínculo;**
- **Reduz o quadro de servidores com estabilidade;**
- **Estabelece uma nova avaliação de desempenho com caráter rescisório;**
- **Transfere para servidores temporários atribuições de servidores efetivos;**
- **Viabiliza a extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional por meio de decreto da Presidência da República;**
- **Relativiza a definição de atividades típicas de Estado.**



Os Cadernos da Reforma Administrativa percorrem alguns dos principais aspectos que deveriam compor o centro de qualquer reforma voltada à racionalização da estrutura estatal e à melhoria do desempenho institucional agregado do setor público brasileiro, medindo este não apenas pelo critério rápido e fácil da eficiência do gasto público, mas, principalmente, pelos critérios da eficácia e efetividade da ação pública.



Posicione o leitor de QR Code do seu smartphone e faça download de todos os exemplares dos Cadernos da Reforma Administrativa

Editais

Seleções do SindPFA promovem o conhecimento técnico, acadêmico e histórico

O SindPFA lançou, no ano passado, quatro editais com foco na produção de conhecimento técnico, acadêmico e até mesmo histórico. As seleções vão desde projetos de pesquisa até contos e crônicas sobre o Incra, passando por artigos para a 2ª edição do livro de 'Avaliação de imóveis rurais pelos PFAs' e também para o III Congresso Nacional da categoria, previsto para o segundo semestre.

O chamamento para pesquisas já entrou na fase de produção dos artigos após a conclusão da primeira etapa, em que foram selecionadas 12 projetos para desenvolvimento (leia mais no box). Já o edital que busca reunir histórias sobre o Incra por ocasião dos 50 anos do órgão recebeu mais de 30 textos e está na fase de curadoria, a cargo de um conselho editorial, e o livro que resultará da seleção será lançado no dia do aniversário do Incra, em 9 de julho.

Editais em aberto têm prazo prorrogado

Seleção de artigos para o III Congresso Nacional dos PFAs

Submissão prorrogada até setembro



As seleções de artigos para o III Congresso dos PFAs e para a 2ª edição do livro sobre avaliação de imóveis rurais tiveram os prazos de submissão dos artigos postergados, em razão do agravamento da crise sanitária vivida no País em decorrência da pandemia da Covid-19, que afeta sobremaneira o cotidiano das pessoas e prejudica a capacidade de produção intelectual. "Com os novos prazos, os interessados ganham mais tempo para desenvolver seus trabalhos com tranquilidade e a qualidade de que sempre foi a marca dos PFAs", afirma Djalmary Souza, presidente do SindPFA.

Seleção de artigos para a 2ª edição do livro
Avaliação
de imóveis rurais
pelos Peritos Federais Agrários

Submissão
de artigos
prorrogada
até junho

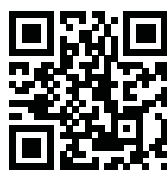


O edital que trata de artigos para a 2ª edição do livro sobre avaliação de imóveis rurais pelos PFAs foi retificado e a data limite para envio dos trabalhos passa a ser 30 de junho de 2021. É um produto importante para mostrar a expertise dos profissionais da Carreira nessa área, disseminar a qualidade do trabalho, buscar respeito e trilhar um caminho em que possam exercer essa atividade para além do Incra.

A seleção de artigos voltada para o III Congresso Nacional da categoria, que também é aberta para outros profissionais de nível superior do Incra e tem uma categoria específica para estudantes de graduação das áreas de Engenharia, Ciências Agrárias e Florestais, agora tem prazo de submissão até 30 de setembro de 2021.

Todos os editais preveem premiações que podem chegar a até R\$ 2 mil. Mais informações podem ser obtidas por meio dos QR codes nesta página, ou:

Acesse no nosso site: sindpfa.org.br



Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA informações sobre como enviar seu artigo para o III CNPFA



Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA informações sobre como enviar seu artigo para o 2º livro de Avaliação

Pesquisas são desenvolvidas com apoio do SindPFA

seleção de projetos de pesquisa



Conheça os 12 projetos selecionados

Iniciou-se, em janeiro, o desenvolvimento de 12 pesquisas selecionadas no processo aberto pelo SindPFA por meio do Edital nº 3/2020, lançado em setembro. A listagem completa está no nosso site. O instrumento convocatório elencou 15 eixos temáticos para a apresentação de projetos, envolvendo temas como reforma agrária, direitos territoriais, regularização fundiária, cadastro, função social da terra, questões jurídicas, tributação e outros.

O objetivo é produzir conhecimento sobre questões relevantes para a política agrária brasileira cujos resultados possam embasar ações, campanhas e atividades do SindPFA visando

ao aprimoramento do arcabouço institucional e legislativo relacionado à gestão de terras no País. Ao todo são 22 pesquisadores e, entre eles, há cinco doutores e nove mestres, sendo que pelo menos seis já atuam como professores. Há cinco PFAs e uma Analista de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Incra, distribuídos nas regionais de Goiás, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Sergipe.

A orientação está a cargo de 11 profissionais e docentes, todos doutores. Entre eles, há um PFA e dois servidores da Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário.

"Um sindicato pode e deve contribuir com a sociedade, e essas iniciativas são importantes - ou deveriam ser - não apenas para os PFAs, mas também para o ambiente institucional, estudiosos das questões agrárias, gestores, entre outros. A qualidade dos proponentes e dos projetos aprovados mostra que estamos no caminho certo, há expectativa de bons resultados", afirma Djalmary Souza, presidente do SindPFA.



Acesse no nosso site: sindpfa.org.br
Acesse o QR Code e veja no site do SindPFA os projetos selecionados pelo Edital nº 3/2020: Seleção de projetos de pesquisa

Reforma agrária

SindPFA faz memória ao Dia Nacional de Luta pela Terra



No dia 17 de abril, completaram-se 25 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará. O triste episódio escancarou as cicatrizes de um país que privilegiou a poucos a ocupação de seu território, cuja reparação, que é um dever do Estado e da sociedade brasileira, ainda não findou.

Este marco na luta pela terra no Brasil deve nos lembrar que o respeito à função social da terra, um dos deveres consignados na Constituição de 1988, é um princípio do presente, não ultrapassado, ainda indispensável para a promoção da justiça social.

Fiscalizá-la, fazer a gestão do território e promover a reforma agrária constituem missão de Estado permanente e necessária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e motiva os Peritos Federais Agrários e demais servidores dedicados a cumpri-la, superando os obstáculos do percurso, muitos impostos pelos próprios governos.

Em memória aos trabalhadores que marchavam a Marabá e aos muitos outros que pagaram com a vida por suas convicções, renovamos a disposição em lutar pelos ideais que permeiam nosso papel e tão grande missão, ainda absolutamente necessária para o desenvolvimento rural sustentável do nosso País.

Entidades acionam o STF contra paralisação da reforma agrária

O atual governo paralisou 413 processos de reforma agrária, com a interrupção de vistorias e análises sobre desapropriação de imóveis rurais para a criação de assentamentos para famílias sem terra. A informação aparece em um documento de 5 de outubro do próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), obtido pelo jornal Folha de São Paulo.

A paralisia deliberada dos processos ocorre desde 27 de março de 2019, quando a presidência do Incra orientou as superintendências nos estados a suspenderem atividades de vistoria em fazendas tidas como improdutivas.

Diante desse quadro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Contraf) decidiram propor no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Ação de

Descumprimento de Preceito Fundamental em que contesta a interrupção de ações de reforma agrária pelo Executivo. A ação já foi protocolada, com a assinatura de alguns partidos de oposição, e recebeu a identificação de **ADPF 769**. O SindPFA foi convidado a colaborar com um grupo de entidades interessadas oferecendo informações técnicas ao processo.

No texto, os autores afirmam que “a urgência e o grave perigo de lesão são atuais e iminentes” e pede, em sede de medida liminar, a suspensão de memorandos que impediram o andamento de processos administrativos de reforma agrária; a imissão na posse de 187 processos que estão pendentes apenas dessa medida para ultimização da desapropriação; a elaboração de um plano nacional de reforma agrária, de forma urgente, inclusive para permitir a recomposição da PLOA 2021 no que diz respeito à reforma agrária, entre outras.

Regularização fundiária

SindPFA combate terceirizações de atividades e preterições à Carreira

O SindPFA representou junto ao Ministério Público Federal e denunciou ao Tribunal de Contas da União o Programa Titula Brasil, instituído pelo Incra e o Ministério da Agricultura, pelo qual se permite que municípios operacionalizem a regularização fundiária de terras federais. A peça envolve a afronta às atribuições dos servidores do Incra e à realização de concurso público, que não ocorre desde 2010 na autarquia federal. Levar atribuição tão sensível ao nível municipal pode agravar a grilagem e o poderio de grandes proprietários.

Segundo o advogado Rudi Cassel, da assessoria do sindicato (Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados) “O Programa esbarra nas vedações do Decreto nº 9.507/2018, que trata da execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal. Há expressa vedação quanto à destinação a terceiros não concursados de serviços que estejam relacionados ao poder de regulação, bem como os que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade”

O Sindicato também criou um grupo de trabalho interno, constituído por colegas de diversas regionais e áreas de atuação, com a finalidade de analisar as leis, os normativos e as práticas das atividades finalísticas do Incra, visando a identificar falhas, desvios, preterições e eventuais violações às prerrogativas e atribuições da Carreira de Perito Federal Agrário, bem como estudar e propor aperfeiçoamentos e atualizações na legislação da Carreira e nos normativos aplicáveis, de acordo com o atual rol de atividades da autarquia e as perspectivas da política agrária. O trabalho subsidiará ações da entidade na defesa de prerrogativas e aperfeiçoamento funcional.



Acesse a nota no site servidor.adv.br

Acesse o QR Code e veja esta nota completa assinada pelo escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados

Cargos técnicos

Confea decide: cargos das áreas finalísticas no Incra são exclusivos

Em consulta apresentada pelo SindPFA sobre a necessidade de habilitação profissional para os cargos de chefia e direção das áreas finalísticas do Incra, após a edição de seu novo regimento interno, a Comissão de Ética e Exercício Profissional do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) entendeu serem privativos de profissionais do Sistema.

Diante disso, o plenário do Conselho Federal decidiu, em 26 de março de 2021, “que os cargos e funções das áreas finalísticas da Diretoria de Governança Fundiária e da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos, do novo regimento organizacional do Incra, aprovado pela Portaria nº 531, de 23 de março de 2020, devem ser exercidos impreterivelmente por profissionais do Sistema Confea/Crea”.

Na decisão do Conselho, destaca-se: “Se os cargos e funções das áreas finalísticas da Diretoria de Governança Fundiária e da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos, do novo regimento organizacional do Incra, não forem exercidos por profissionais do Sistema Confea/Crea, poderá configurar exercício ilegal da profissão, o que seria plausível de fiscalização pelos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia - Crea, em todo o território nacional”.

Trata-se da **Decisão Plenária nº PL-0421/2021**, que tem força normativa, e, agora, subsidiará a atuação do SindPFA em todo o país pela defesa de prerrogativas dos profissionais de carreira e na ocupação de cargos por perfil técnico.

SindPFA pleiteia que cargo de Superintendente do Incra exija habilitação profissional

O SindPFA ajuizou Ação Civil Pública buscando impedir o provimento ilegal do cargo de Superintendente Regional do Incra, sem observar a Lei nº 5.194/1966, que dispõe que os cargos e funções, comissionados ou não, que exijam conhecimentos de engenharia, arquitetura e agronomia, somente poderão ser exercidos por profissionais devidamente habilitados no Confea.

Na ação, a entidade comprova que a Administração tem descumprido a Lei, pois realiza as nomeações apenas pela indicação política, desconsiderando a necessidade de habilitação junto ao Conselho. Além disso, destacou que a revogação do Decreto nº 3.135/1999, o qual exigia que os nomeados para o cargo fossem escolhidos, primordialmente, dentre os servidores ocupantes de cargo efetivo do quadro de pessoal do Instituto, tem sido utilizada para justificar

o provimento ilegal. A ACP pede a anulação do ato do Presidente da República que, em 2020, revogou o Decreto de 1999, perdendo a referência técnica.

Segundo o advogado Rudi Cassel, da assessoria do sindicato (Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados) “a Constituição da República impõe à Administração obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, os quais estão sendo violados em razão da forma como tem sido realizada a investidura no cargo. Além de ir contra a Lei nº 5.194, resulta em nomeações apenas por critérios subjetivos, em detrimento de pessoal tecnicamente qualificado”.

O processo recebeu o número **1011249-13.2021.4.01.3400** e tramita na 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Ação aposentados de 2004

GDAPA implantada, e agora?

Em dezembro, foi finalmente implantado em contracheque a parcela que soma em 100 pontos a GDAPA de aposentados e pensionistas abarcados pelo **mandado de segurança nº 2004.34.00.047090-0**, da Assinagro. Mas a questão ainda não é ‘prego batido e ponta virada’, porque ainda restam alguns pontos a enfrentar.

A começar pela universalidade da implantação, porque ainda remanescem alguns substituídos e pensionistas sem a implantação; atua-se nesse momento para superar isso. Também a **ação rescisória nº 1012845-86.2017.4.01.0000**, causa do benefício ter sido suspenso por dois anos, embora vencida no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, pende de análise de recursos e ainda pode ir parar nos tribunais superiores.

A lacuna de pagamento de 2018 a 2020 deve ser objeto de um novo pedido de execução, cuja melhor forma de fazê-lo está sendo estudada pelos advogados. Já as execuções do retroativo de 2004 a 2015, que também estiveram suspensas, voltaram ao seu curso e espera-se que tenham neste ano suas primeiras decisões acerca do que fora embargado pelo Incra. A sentença de um grupo saiu, mas só reconheceu o direito à GDAPA em 100 pontos até 2012 e, por isso, está sendo embargada.

Em havendo sucesso e se emitindo os precatórios até junho, vislumbra-se o recebimento para o ano que vem. Herdeiros de falecidos precisam se habilitar para receber; se esse for o caso de algum de seus colegas, oriente a buscar a entidade para juntar a documentação.

Previdência

SindPFA defende Regime Próprio

O SindPFA ingressou como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6767, ajuizada pelo Partido dos Trabalhadores perante o STF, contra o Decreto nº 10.620/2021, que modifica a gestão para concessão e manutenção das aposentadorias e pensões dos servidores de autarquias - o que é o caso do Incra - para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Dessa forma, a intervenção se faz necessária para colaborar com a discussão que atinge diretamente seus filiados.

A ação sustenta que a mudança estrutural sobre organização, funcionamento e gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores federais é matéria reservada à legislação complementar. A intervenção do SindPFA pretende mostrar que, além da inconstitucionalidade formal, o decreto também apresenta inconstitucionalidade material, visto que o § 20 do artigo 40 da Constituição Federal veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social e de mais de um órgão ou entidade gestora desse regime em cada ente federativo.

Segundo o advogado Rudi Cassel, do escritório Cassel Ruzzarin Santos Rodrigues Advogados, “a transposição da gestão do RPPS para o INSS, independentemente do grupo envolvido, desvia-se duplamente da finalidade apresentada no Decreto nº 10.620. Primeiro, porque divide, de maneira inconstitucional, a gestão do RPPS, afirmando que não o faz. Segundo, porque a entrega à autarquia criada e organizada para administrar, apenas, o Regime Geral de Previdência Social”.

Aposentados em destaque

João Bosco: paixão pela arte, vocação para a agronomia e respeito pelo homem do campo



João Bosco em ação pelo Incra

15 de fevereiro de 1944. Naquele dia nascia, em Fortaleza, no Ceará, João Bosco Machado. Fruto de uma família de dez irmãos, foi na capital do estado que passou sua infância e adolescência, fez amigos e aproveitou as belezas naturais da região.

Com muito esforço e dedicação, Bosco conseguiu ingressar, em 1967, na Universidade Federal do Ceará (UFC), mais precisamente na Escola de Agronomia. Era a grande oportunidade de ingressar em uma carreira e aprender mais sobre as coisas do campo. “Eu queria fazer engenharia, arquitetura ou medicina, mas fiz um teste vocacional e deu um leque muito grande. Olhei o currículo de agronomia e era imenso. Agronomia é uma salada, então preferi fazer agronomia, que tinha um pouco de cada curso que eu queria”, relembra.

Ainda em Fortaleza, trabalhou em uma fábrica de inseticidas enquanto cursava agronomia, onde pôde conhecer mais sobre insetos, o que viria a tornar-se um hobby. Em 1972, recém-formado, recebeu o convite de um amigo para trabalhar na antiga Associação de Crédito e Assistência Rural, conhecida como Acar, localizada em São Luís, no Maranhão.

Não passou muito tempo na nova cidade. Antes de deixar a capital, no entanto, conheceu Eudinea Veras Cutrim, com quem viria a se casar. Foi designado para Barra do Corda e, posteriormente, em 1975, para Santa Inês. Enquanto atuava na cidade, já casado, passou no concurso para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)

“Na época o presidente era o Ernesto Geisel, que foi responsável pela criação da Embrater (Empresa Brasileira de Extensão Rural) e a consequente implantação das Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) no lugar da Acar”, conta. O trabalho na recém criada empresa pública durou pouco. Em 1976, foi convocado para o Incra, voltou para São Luís e assumiu seu posto na autarquia, onde ficaria até aposentar-se.



João Bosco no Encontro de Aposentados 2020

Logo no começo, foi designado para a Comissão de Recebimento dos Trabalhos Topográficos na Coordenaria Regional do Meio Norte, que abarcava Maranhão e Piauí. “Na época não tinham as superintendências”, acrescenta. Como presidente da Comissão, acompanhava os trabalhos, fiscalizando as empresas que atuavam nestes serviços no Projeto Integrado de Colonização (PIC) de Barra do Corda e nos Projetos Fundiários de Bacabal, Açailândia, Imperatriz, Pindaré, entre outros, além de atuar na divisão técnica do Piauí.

Foi, ainda, chefe da Seção de Aquisição e Desapropriação de Terras, durante cinco anos, mas o que gostava mesmo era de fazer vistorias para desapropriação. “Íamos a campo, fazíamos a vistoria e apresentávamos o laudo. O grande sempre tem condições, mas o pequeno a gente tem que olhar com mais cuidado. E eu ficava preocupado com os pequenos produtores”, assegura.



O aposentado João Bosco e família

Do casamento com Eudinea, de quem se divorciou, teve duas filhas. Casou-se novamente, com Lilia do Rêgo Ferreira Lima, com quem vive há quase 30 anos e teve um filho, que hoje mora nos Estados Unidos. “Ele está fazendo doutorado em Engenharia Industrial”, diz o pai orgulhoso, que não se esquece de registrar que tem três netos. “Dois meninos e uma menina.”

Em 2010, aposentou-se após 34 anos de bons serviços. Atualmente, João Bosco dedica-se à xilogravura e pintura em aquarela, paixões que traz de longa data, e a entomologia, que é o estudo de insetos. Sobre a situação atual do Incra, Bosco é taxativo: “Triste. Em todo o mundo, terra é uma coisa séria. Só no Brasil que não é. O ITR (Imposto sobre a propriedade territorial rural), por exemplo, deveria ser levado a sério. Nós, como peritos, deveríamos fiscalizar tributos federais, mas não o fazemos”, desabafa.

Ele deixa uma mensagem para os mais jovens: “Participe do Sindicato e abrace a luta pela nossa Carreira. Só unidos a gente pode chegar lá. Precisamos divulgar os trabalhos do Incra e mostrar a relevância do órgão”, finaliza.

Gostou? Envie você também a sua história para o e-mail: comunicacao@sindpfa.org.br e participe das próximas edições.

Sindicato lança podcast e amplia comunicação com filiados e sociedade

O SindPFA lançou, no fim do ano passado, seu mais novo produto de comunicação voltado para os filiados, estudiosos dos temas que envolvem a governança agrária e a sociedade em geral. Trata-se do podcast **Estrada de Terra**, que aborda temas variados a cada edição, sempre de uma forma descontraída e descomplicada.

Um podcast é como se fosse um programa de rádio, mas em vez de ter uma hora certa para ir ao ar, pode ser ouvido quando e onde a gente quiser. Podcasts ficam disponíveis em diversas plataformas.

No computador, podem ser ouvidos dentro de um site ou pelo navegador de internet. Também podem ser acessados por meio do smartphone e tablet, em aplicativos específicos para áudio, como Spotify, Deezer e outros. Neles, é possível assinar o podcast, de graça, e ser avisado cada vez que um episódio for publicado.

Você pode acessar todas as edições por meio do nosso site ou apontando o seu celular para o QR code abaixo.



Acesse agora o site: anchor.fm/sindpfa

Acesse o QR Code e ouça o **Estrada de Terra**, o podcast do SindPFA no seu aplicativo de streaming favorito.

